

CONTRATO CEDAE N.º 090/2019 (DPE)
que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE)** e a **LATINIFS TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, e de seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, doravante denominada **CEDAE**, e a **LATINIFS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, sediada na Avenida Tamboré, 267, conjunto 261-A, sala 02, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP: 06.460-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.181.152/0001-87, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. LÁVIO FALCÃO COSTA CIRÍACO DE OLIVEIRA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato autuado no **Processo Administrativo E-07/100.240/2019**, mediante **Inexigibilidade de Licitação n. 002/2019 (DPE)**, com fundamento no art. 30, caput, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto o serviço de **"ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROCESSOS DO ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING) DO IFS"**, conforme aprovado em REDIR do dia 30 de Agosto de 2019, autuada às fls. 313.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Inserem-se no escopo desta contratação o Termo de Referência anexo e a **proposta** da **CONTRATADA** autuada às fls. 13 a 27, cujos conteúdos passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O escopo desta contratação não abrange:

1. A especificação e o desenvolvimento de customizações, integrações e interfaces que não estão definidas na proposta de fls. 13 a 28;
2. As alterações nas interfaces dos sistemas ligados, a serem integrado com o IFS, não especificados na proposta de fls. 13 a 28;
3. O desenho dos processos atuais ou futuros da **CEDAE**;
4. O complemento de skill de negócios dos usuários da **CEDAE**;
5. O retrabalho de atividades previstas no projeto por conta de indisponibilidade de recursos da CEDAE ou ocasionados por motivos não administrados exclusivamente pela IFS;



6. O fornecimento de equipamentos e estrutura física para o desenvolvimento das atividades de upgrade;
7. A configuração ou *tuning* de dados e equipamentos da **CEDAE**;
8. A revisão e a responsabilidade pela totalidade, exatidão e competência dos dados migrados ou imputados durante o processo de upgrade;
9. A recomendação de como a legislação deva ser implementada para atender aos negócios da CEDAE; e
10. As reuniões ou fornecimento de informações a terceiros não previstas no escopo original do projeto, incluindo consultores especialistas, auditores e fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

Parágrafo Único – Correrão por conta da **CEDAE** os gastos com infraestrutura, tais como: servidores e seus sistemas operacionais, rede, links e banco de dados.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no Termo de Referência anexo:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;



- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços; e
- i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Segundo - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

Parágrafo Quarto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Quinto - A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



Conta Contábil: 143110014
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 44903959
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2019000788.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de empreitada por preço global, no valor de **R\$ 1.954,048,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil e quarenta e oito reais)**, conforme tabela abaixo, que serão pagos conforme cronograma físico-financeiro anexo.

Parágrafo Primeiro – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo – Correrão por conta da **CEDAE** os gastos com infraestrutura, tais como: servidores e seus sistemas operacionais, rede, links e banco de dados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo – É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto – O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.



Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto – A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo – Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;
- c) declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafos segundo impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência



de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quinto– Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações, conforme cronograma físico-financeiro anexo.

Parágrafo Primeiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver cláusula oitava). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

Parágrafo Segundo - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Quarto – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

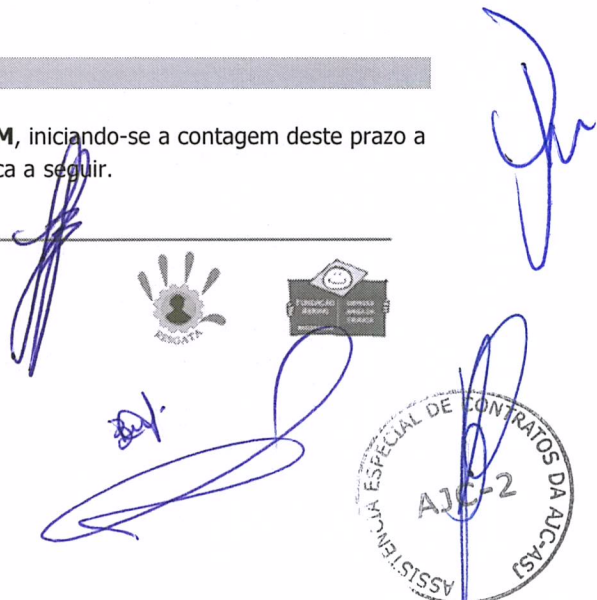
Parágrafo Quinto - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Sétimo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo **IGPM**, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da proposta da contratada (Io), conforme expressão matemática a seguir.



$$R = Po \frac{[I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês do reajustamento

Io = IGPM correspondente ao mês da proposta, a saber: 03/04/2019.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da proposta (Io).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.







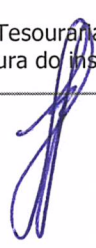
Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

Parágrafo Sétimo - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.



Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo-Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo-Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

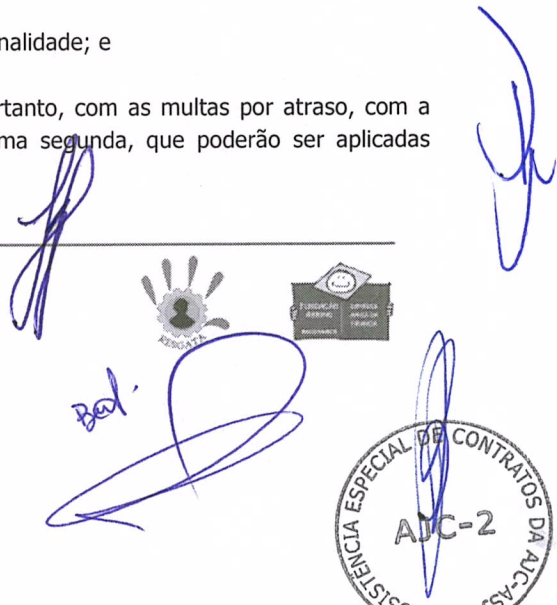
Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.



Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

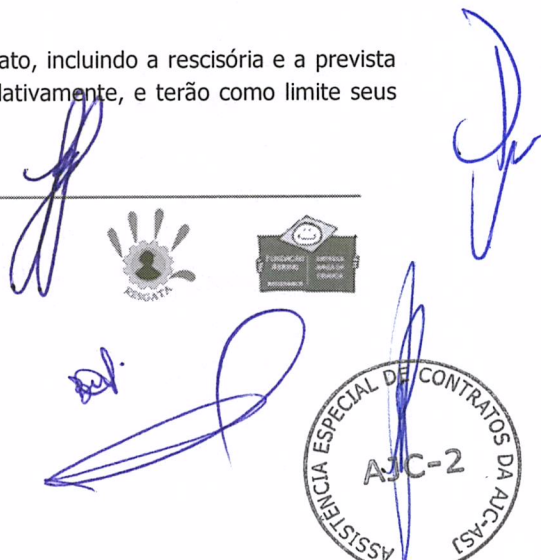
Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único – Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo – Quando a contratação trazer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos



serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados na cláusula oitava.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC



Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

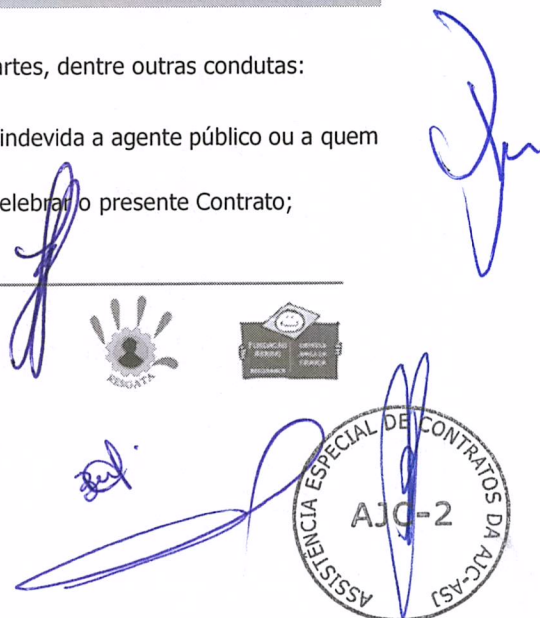
Parágrafo Sexto - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;



- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.








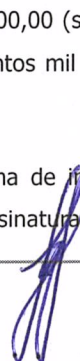
Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.



Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

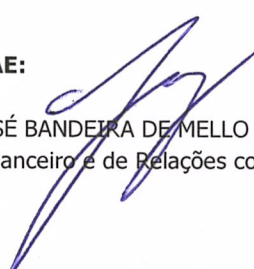


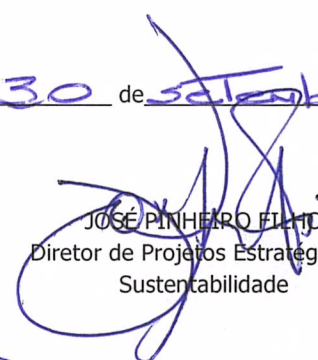
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

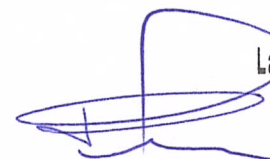
Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019.

Pela **CEDAE**:


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

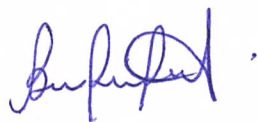

JOSÉ PINHEIRO FILHO
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


Lávio Falcão C. C. de Oliveira
CPF: 049.516.408-99
RG: 12180828-2 SSP SP
LÁVIO FALCÃO COSTA CIRÍACO DE OLIVEIRA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-LATINIFS-atualização-tecnologica-customização-IL-002-2019-DPE.



Bruna Regina do Prado Lopes
RG: 42.790.340-3 SSP/SP
CPF/MF 225.623.328-65
Diretor

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

Este Termo de Referência define as condições para a Contratação de Empresa de Tecnologia da Informação para prestação de serviços de atualização tecnológica, customização, treinamento, parametrização e definição de processos do ERP (*Enterprise Resource Planning*) IFS em uso pela CEDAE, objeto de licitação pública.

2 JUSTIFICATIVA

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE iniciou em Fevereiro de 2009 um projeto para contratação de serviços para implantação de um Sistema Integrado de Informações, denominado **Enterprise Resource Planning**, ou simplesmente ERP, e a prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, parametrização, customização manutenção, treinamento, implantação em produção,, operação assistida e suporte técnico à operação em produção do APLICATIVO, com o objeto de apoiar os seguintes MACROPROCESSOS: Contabilidade, Contas a Pagar, Contas a Receber, Orçamento, Tesouraria, Suprimentos e Controle Patrimonial, conforme Processo E-17/100.302/2009, com data de início em 10/02/2009. A contratação dos referidos serviços foi efetivada através do Contrato CEDAE No. 027/10(DF), datado de 01/04/2010.

A solução implantada foi o *IFS Applications* versão 7.0 (sete). A partir de 2010 o fabricante dos aplicativos IFS desenvolveu diversas versões, sendo que a versão mais recente disponibilizada para o mercado brasileiro é a versão 10.0 (dez).

O ERP é essencial para a gestão de CEDAE. Esta ferramenta é responsável pela integração de várias aplicações indispensáveis à administração da Companhia. As principais razões para atualizar o ERP implementado na CEDAE são:

- ✓ **Acesso a novas funcionalidades:** novas versões dos aplicativos IFS incluem melhorias e novas funcionalidades. Algumas funcionalidades incorporadas na versão 10 dos aplicativos IFS que interessam à CEDAE incluem nova interface gráfica de acesso, controle de contratos e processos;
- ✓ **Resposta a novos requisitos legais:** Existem novos enquadramentos legais que estão disponíveis apenas em versões mais atualizadas dos aplicativos IFS. A versão 10 dos aplicativos IFS incorpora as aplicações necessárias ao cumprimento destas regras;
- ✓ **Aumento de produtividade:** Atualizações do ERP permitirão otimizar processos, o software tem um impacto significativo na produtividade da equipes da CEDAE. As aplicações servem para simplificar e otimizar o trabalho dos profissionais da CEDAE. A adaptação às tecnologias mais recentes é fundamental para aumentar a competitividade e oferecer melhores soluções aos profissionais e dirigentes da CEDAE;
- ✓ **Maior segurança:** Com a aprovação, por parte da União Europeia, do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a confidencialidade da informação guardada nos sistemas das empresas tornou-se um assunto sensível. Assim, as medidas de segurança tendem a sair reforçadas a cada nova versão do ERP. Este é um motivo adicional para a atualização do ERP da CEDAE;
- ✓ **Atualização do Banco de Dados:** Os aplicativos IFS utilizam o Gerenciador de Banco de Dados Oracle. A Oracle também desenvolve e disponibiliza ao mercado brasileiro periodicamente novas versões do Gerenciador de Banco de Dados Oracle. A IFS não homologou a versão 7.0 dos seus aplicativos para mais moderna do SGBD Oracle, a versão Oracle 12C.



3 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Metodologia para atualização de versão

A proposta deverá apresentar a metodologia para atualização dos aplicativos IFS da versão 7.0 para a versão 10.0. A apresentação deve descrever para cada fase, as atividades, produtos e responsabilidades das partes, Licitante e CEDAE, considerando, no mínimo:

- Planejamento do projeto de migração;
- Apresentação da versão 10.0 dos aplicativos IFS aos usuários chave da CEDAE;
- Atualização técnica ou upgrade da solução;
- Migração de dados da CEDAE;
- Treinamentos de usuários chaves;
- Avaliação para incorporação ou eliminação de customizações desenvolvidas na versão 7.0;
- Redesenho de processos tocados pelo ERP IFS na CEDAE, quando aplicável;
- Suporte pós virada.

3.2. Ambiente IFS na CEDAE

Abaixo são apresentados os principais itens atualmente em uso na CEDAE que serão considerados no projeto de upgrade:

- ✓ Revisão e adaptação dos processos core de estoque as necessidades e particularidades da CEDAE, considerando somente as particularidades identificadas e desenvolvidas na versão 7 (versão atualmente implementada na CEDAE);
- ✓ Revisão e adaptação do processo core de compras as necessidades desenvolvidas e adaptadas para a CEDAE, considerando somente as particularidades identificadas e desenvolvidas na versão 7 (versão atualmente implementada na CEDAE);
- ✓ Revisão e adaptação da versão core do modulo de contratos as particularidades no tratamento de contrato para o CEDAE, pontos a serem considerados:
 - Contrato de Fornecedor - Criar rotina/função de tratamento do código EMOP.
 - Contrato de Fornecedor - Criar processo para tratar banco de preço com base no preço EMOP.
 - Rotina de Reajuste do Contrato de Fornecedor - Incluir função de tratamento de criação das parcelas quando já existir parcelas pagas.
 - Contrato de Fornecedor - Na inclusão do Item, inicializar automaticamente os campos "Variation Order" e "Variation Comment" com 1
 - Notas Fiscais - Alterar a rotina de Recebimento Nota Fiscal de Entrada com Ordem de Compra para tratar o vencimento do título pela data de recebimento da NF quando for contrato.
 - Data início da medição ser a última medição mais um
 - Contrato Fornecedor - Medição por nível, código e quantidade (digitação)
 - Contrato Fornecedor - Imprimir relatório para medição e arquivo
 - Contrato Fornecedor - Atualização preço padrão no contrato de fornecedor
 - Lista de Fiscais Responsáveis
 - Atender as necessidades de bloqueio de acesso em um contrato por usuário,
 - Contrato Fornecedor - Criar nova aba no contrato contendo a estrutura do contrato
- ✓ Revisão e adaptação dos relatórios da versão core do modulo de contratos as particularidades da CEDAE, relatórios a serem considerados:

3.2.1. Fatura Reajustamento

3.2.1.1. Espelho da Fatura

3.2.1.2 Fatura Medição de Reajustamento por Família

3.2.1.3 Fatura Medição de Reajustamento por família (05.100)

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



3.2.1.4 Folha de Encaminhamento

3.2.2. Serviço (Medição)

3.2.2.1. Espelho da Fatura - Serviço

3.2.2.2 Folha Encaminhamento Serviço

3.2.2.3 Medições de Serviço

3.2.3. Prorrogação de Prazo

3.2.3.1. Cronograma Financeiro

3.2.3.2 Pareceres da Fiscalização

3.2.3.3 Processos para alterações

3.2.3.4 Resumo das Alterações

3.2.4. Rerratificação

3.2.4.1. Cronograma Financeiro

3.2.4.2 Pareceres da Fiscalização

3.2.4.3 Planilhas de Serviços a Acrescer

3.2.4.4 Planilhas de Serviços a Diminuir

3.2.4.5 Processos para Alterações

3.2.4.6 Quadro Resumo Rerratificação

3.2.4.7 Resumo Alterações Solicitadas

3.2.5. Suplementação

3.2.5.1 Cronograma de Obra

3.2.5.2 Parecer da Fiscalização

3.2.5.3 Planilha de Serviços a Acrescer

3.2.5.4 Processo por Alteração

3.2.5.5 Quadro de Resumo

3.2.5.6 Resumo das Alterações

3.2.6. Suspensão de Prazo

3.2.6.1 Cronograma Financeiro

3.2.6.2 Parecer da Fiscalização

3.2.6.3 Processo para Alterações

3.2.6.4 Resumo das Alterações

- ✓ Revisão e adaptação da versão core do modulo de orçamento as particularidades Da CEDAE
- ✓ Revisão e *Uplift* das funcionalidades:

- Objetos com permissão nas Regras de Acesso;
- N.º da Ordem de Compra não aparece no *Quick Report* (parcial);
- NF devolução com ajuste acordo fornecedor;
- Relatório NF Saída – Id reserva e numero linha reserva;
- Bloqueio do Id reserva no momento da devolução;
- Revisão das integrações com sistemas de terceiro: Integração dos sistemas de Folha de Pagamento e SASB com o IFS.

3.3. Customizações atuais dos Aplicativos IFS

A proposta deverá considerar a migração de todas as customizações desenvolvidas na implantação inicial dos aplicativos IFS da versão 7.0 para a versão 10.0.

Eventualmente, customizações desenvolvidas na versão 7.0 dos aplicativos poderão ser substituídas por funcionalidades da solução padrão. A fase da metodologia "Avaliação para incorporação ou eliminação de customizações desenvolvidas na versão 7.0" deverá elencar estas customizações e definir a estratégia ideal para implantação na versão 10.0.

3.4. Componentes do IFS Applications

As propostas deverão considerar os seguintes componentes ou aplicativos IFS na proposta de atualização:

- Contabilidade,
- Contas a Pagar,
- Contas a receber,
- Orçamento,
- Tesouraria,
- Suprimentos,
- Controle patrimonial,
- IFS Foundation.

3.5. Informações para o desenvolvimento dos serviços de atualização

As propostas deverão considerar as seguintes informações:

- Número de usuários: 250
- Tecnologia: *Client Server/Web*
- Versão atual: IFS V7.0
- Versão objeto: IFS V10.0

3.6 Especificação

CÓDIGO DO MATERIAL IFS	NOMENCLATURA	UNIDADE
2011050021	LICENÇA DE USO IFSAPP	UN

4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Menor preço total.

5 TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. (X) SERVIÇO:

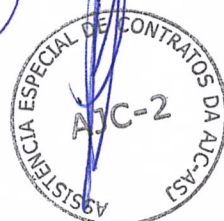
5.1.2. () de natureza contínua ou (X) de escopo;

5.1.3. (X) com mão de obra alocada ou () sem mão de obra alocada;

5.1.4. () regime de execução por preço unitário; (X) regime de execução por preço global; ou () regime de execução por tarefa.

6 PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Av. Pres. Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



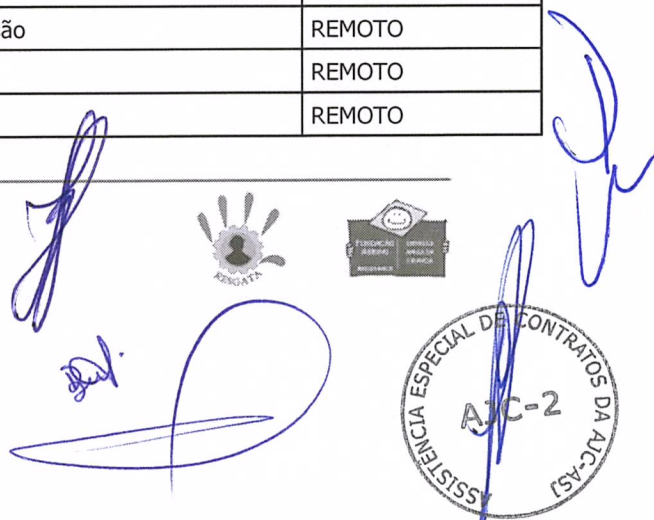
- 6.1. Os serviços em epígrafe deverão ter início conforme ordem de início determinada pelo CONTRATANTE.
- 6.2. O Suporte Técnico correspondente a 12 meses de serviço da mesma forma passará a vigir a partir da data da Ordem de Início.
- 6.3. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

7 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação de serviços de suporte técnico, quando presencial, devarão ocorrer no Departamento de produção da CEDAE - ATI-2, localizado na Av. Presidente Vargas, 2.655 - 5º andar - Cidade Nova - Rio de Janeiro - CEP 20.210-030

A tabela a seguir apresenta uma visão geral das atividades do projeto para atualização da versão de ERP-IFS para a CEDAE. As atividades necessárias poderão ser adequadas na fase de planejamento do projeto ou caso o escopo do projeto venha a ser modificado.

Atividade	Local de execução
Apresentação da versão 10	RJ
Mapeamento/Revisão dos processos atuais	RJ
Estoque	RJ
Suprimentos	RJ
Fiscal	RJ
Orçamento	RJ
Contabilidade	RJ
Financeiro	RJ
Administração de contratos	RJ
Gerenciamento de Documentos	RJ
Apresentação do IFS lobby standard	RJ
Análise da nova versão X processo atual X customizações	REMOTO
Apoio a instalação v10	RJ/REMOTO
Conversão das customizações	REMOTO
Validação e testes das customizações migradas para nova versão	REMOTO
Geração de documentação para treinamento	REMOTO
Preparação das rotinas de migração	REMOTO



Validação e testes das migrações	REMOTO
Execução em produção das rotinas de migração	RJ
Validação da conversão	REMOTO
Preparação da base de teste de ciclo	REMOTO
Teste de ciclo	RJ
Acompanhamento técnico teste de ciclo	REMOTO
Treinamento de administrador	RJ
Treinamento em recursos de usabilidade	RJ
Treinamento navegação	RJ
Treinamento distribuição	RJ
Treinamento contrato	RJ
Treinamento financeiro	RJ
Treinamento contábil	RJ
Treinamento fiscal	RJ
Treinamento GED	RJ
Treinamento Orçamento	RJ
Acompanhamento pós virada	RJ
Acompanhamento fechamento contábil e fiscal	RJ
Gerenciamento	RJ

8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

As demandas solicitadas serão entregues nas dependências da Contratante, ou seja, na ATI-DE.

9 PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Não se aplica.

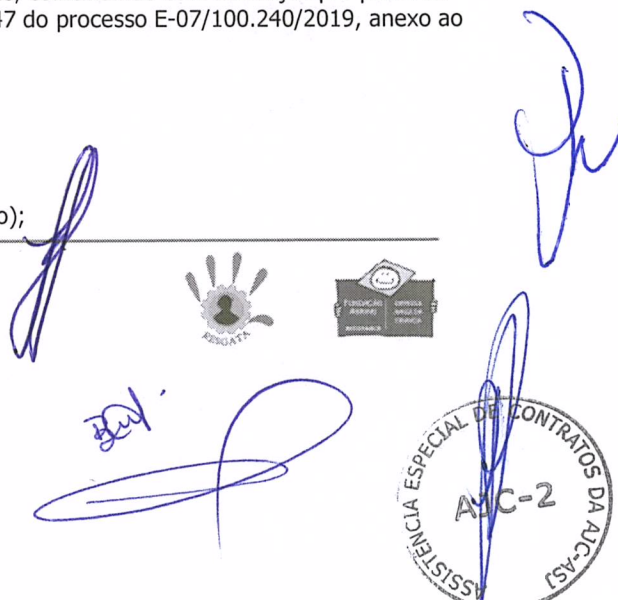
10 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços deverá contemplar 12 (doze) medições, coincidindo com aceitação por parte da CEDAE, conforme cronograma físico financeiro autuado às fls. 247 do processo E-07/100.240/2019, anexo ao presente instrumento.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Gerenciamento do Projeto (Equipe IFS);
- ✓ Acompanhamento dos Tópicos dos Processos;
- ✓ Instalação dos componentes do *IFS Applications* (nova versão);

Av. Pres. Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro.
CEP 20.210-030 / www.cedae.com.br



- ✓ Mapeamento dos processos atuais em uso na versão 7;
- ✓ Documentação e indicação de melhorias no uso do sistema;
- ✓ Suporte a parametrização da versão 10;
- ✓ Treinamento dos usuários-chave;
- ✓ Treinamento do administrador do sistema;
- ✓ Acompanhamento dos Testes de Cenários;
- ✓ Acompanhamento dos Testes Integrados;
- ✓ Documentação do Projeto;
- ✓ Rotinas de conversão da base de dados;
- ✓ Migração das customizações para a nova versão;
- ✓ Fazer chegar à CEDAE as atualizações das licenças correspondentes;
- ✓ Acompanhar a instalação das licenças e proporcionar operação assistida até que a CEDAE dê por concluída a instalação das mesmas;
- ✓ Prestar Suporte técnico durante 24 meses a contar da data de ordem de início do contrato, de modo a resolver qualquer problema de funcionamento com o software em até 6 horas a partir da abertura de chamado;
- ✓ A CONTRATADA deverá garantir que fornecerá o SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE dentro dos padrões de qualidade exigidos, devendo substituí-los em caso de desacordo.

12 AMOSTRA

Não se aplica.

13 VISITA TÉCNICA

Não se aplica.

14 ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Não se aplica.

15 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Deverá constar a formalização do Contrato, conforme minuta constante do edital de licitação.

16 CONDIÇÕES GERAIS

O projeto de atualização a ser proposto deve considerar as seguintes premissas:

- ✓ Comprometimento e participação efetiva, considerando alocação em conformidade ao cronograma do projeto aprovada entre as partes
- ✓ A CEDAE disponibilizará as informações necessárias para a parametrização dos aspectos legais e fiscais
- ✓ As partes se comprometem a manter a confidencialidade tanto da presente proposta de upgrade como das informações que por ventura venham a ser acessadas pelo time de IFS no decorrer do projeto.

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO



PROCESSO Nº E-01/650.004/1987 - FIXADOS OS PROVENTOS DE INATIVIDADE, a partir de 15/12/1986, do servidor OLAVO DOS SANTOS, Trabalhador, matrícula nº 13/32166-1, ID nº 4924770. (Deliberação nº 260).

PROCESSO Nº E-10/02.968/1988 - FIXADOS OS PROVENTOS DE INATIVIDADE, a partir de 13/08/1989, do servidor EUCLIDES DE ALCANTARA, Trabalhador, matrícula nº 13/3905-7, ID nº 6181376. (Deliberação nº 260).

PROCESSO Nº E-17/003.000954/2018 - FIXADOS OS PROVENTOS DE INATIVIDADE, a partir de 16/04/2019, do servidor LUIZ ANTÔNIO DUTRA MOREIRA, Agente de Trabalhos de Engenharia, matrícula nº 13/34141-2, ID nº 2828795-9. (Deliberação nº 260).

Id: 2217391

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,

RESOLVE:

Nomear LEONARDA DA SILVA RAMOS para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo DAI-5, do Núcleo de Atendimento ao Cidadão de Três Rios, do Pólo de Articulação Regional Centro Sul Fluminense I, da Diretoria de Promoção Social do Interior, da Fundação Leão XIII, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Mara Lucia do Espírito Santo Pimentel, ID Funcional nº 5072120-3. Processo nº E-16/004/1782/2019.

Exonerar, a pedido e com validade a contar de 29 de outubro de 2019, **PAULA DA SILVA RAMOS**, ID Funcional nº 5099734-3, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

Exonerar, a pedido, **ISABELLE FERREIRA ZARONI**, ID Funcional nº 5100796-7, do cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

Nomear REBECCA ANDRADE DO NASCIMENTO, ID Funcional nº 5099520-0, para exercer o cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Isabelle Ferreira Zaroni, ID Funcional nº 5100796-7.

Nomear JACQUELINE MACEDO RAMOS para exercer o cargo em comissão de Secretário I, símbolo DAI-4, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Leandro Rêgo de Barcelos, ID Funcional nº 5099711-4.

Nomear FELIPE SANTANA PASSOS CORREIA para exercer o cargo em comissão de Secretário I, símbolo DAI-4, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Claudio Barreto Torres.

Exonerar, a pedido e com validade a contar de 29 de outubro de 2019, **JOSÉ MARCELINO GUEDES**, Auditor Fiscal da Receita Estadual, 1ª Categoria, ID Funcional nº 1953742-5, do cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Petróleo e Combustível, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por José Marcelino Guedes, ID Funcional nº 1953742-5. Processo nº SEI-04/037/002327/2019.

Nomear LEONARDO JOSE FERNANDES DA SILVA, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, ID Funcional nº 5006013-9, para exercer, com validade a contar de 29 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Especializada de Petróleo e Combustível, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Especializadas, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por José Marcelino Guedes, ID Funcional nº 1953742-5. Processo nº SEI-04/037/002327/2019.

Nomear SABRINA MARCOS SAVA ROTOLO, ID Funcional nº 4365341-3, Auditor Fiscal da Receita Estadual 2ª Categoria, para exercer, com validade a contar de 25 de setembro de 2019, o cargo em comissão de Auditor Fiscal Subchefe, símbolo DAS-6, da Auditoria-Fiscal Regional - Capital 64.12, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Regionais, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Ricardo Marinho Brandão Simão, ID Funcional nº 4395031-6. Processo nº SEI-04/196/000701/2019.

Nomear CARLOS ALBERTO RODRIGUES JUNIOR para exercer, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Jardel Victor Cândido Rêgo, ID Funcional nº 5103673-8. Processo nº SEI-04/109/001690/2019.

Exonerar REBECCA ANDRADE DO NASCIMENTO, ID Funcional nº 5099520-0, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Autarquia de Proteção à Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro - PROCON-RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais.

Exonerar LUIZ CARLOS AUGUSTO DE LUCA, ID Funcional nº 4319126-2, do cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Avaliação de Desempenho, da Divisão de Transporte de Passageiros, da Coordenadoria Técnica, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Daniela de Barros Pinheiro Giglio, ID Funcional nº 4344198-0. Processo nº SEI-10/005/001783/2019.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 11 de outubro de 2019, publicado no D.O. de 15/10/2019, que nomeou **FLAVIA MOTA**, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Cálculo Tarifário, da Divisão de Estudos Econômicos e Tarifários, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Daniela de Barros Pinheiro Giglio, ID Funcional nº 4344198-0. Processo nº SEI-10/005/001783/2019.

Nomear RUBENS CAVALCANTI para exercer, com validade a contar de 15 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Chefe de Serviço, símbolo DAI-6, do Serviço de Cálculo Tarifário, da Divisão de Estudos Econômicos e Tarifários, da Diretoria Técnico-Operacional, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Daniela de Barros Pinheiro Giglio, ID Funcional nº 4344198-0. Processo nº SEI-10/005/002121/2019.

Nomear CLÓVIS ROMÁRIO GODOINHO DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 23 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Luis Humberto Castillo Estrada. Processo nº SEI-02/007/001864/2019.

Exonerar, com validade a contar de 23 de outubro de 2019, **LUIZ HUMBERTO CASTILLO ESTRADA** do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Processo nº SEI-02/007/001863/2019.

Nomear JAMIL JORGE DA COSTA LIMA, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAI-5, da Superintendência de Esporte, Lazer e Eventos, da Subsecretaria de Esporte, Lazer e Juventude, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, em vaga resultante de transformação estabelecida pelo Decreto nº 46.558, de 14 de maio de 2019. Processo nº SEI-30/001/038556/2019.

Id: 2217705

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-12/001/038925/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor LEANDRO NASCIMENTO DE SANTANA, RG nº 101.093, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, ao Tribunal Regional Federal - 2ª Região, consoante os termos do Decreto nº 41.587, de 11 de fevereiro de 2009

Id: 2217702

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-12/001/038953/2019 - AUTORIZO a disposição dos servidores ALEXSANDRO IRINEU DA SILVA GOMES, RG nº 78.895 e MARCOS VITA SILVA, RG nº 095693503, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, para a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ.

PROCESSO Nº SEI-12/001/038994/2019 - AUTORIZO a disposição dos servidores HUDSON DE OLIVEIRA BARROS DA SILVA, Cabo PM, RG 92.991 e HALISON DE OLIVEIRA BARROS DA SILVA, Cabo PM, RG 91.551, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar para Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ.

Id: 2217698

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 22 DE 10.2019

***PROC. Nº E-12/207/2054/2019 - RATIFICO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 26, a dispensa de licitação, fundamentada no supracitado diploma legal, art. 24, inciso VIII, em favor da **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, no valor estimado de R\$30.000,00 (trinta mil reais), pela prestação dos serviços postais e venda de produtos, conforme autorização do Sr. Diretor Geral de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesa. *Omitido no D.O. de 24.10.2019.

Id: 2217285

RETIFICAÇÃO D.O. DE 24/10/2019 PÁGINA 13 - 2ª COLUNA

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

PROCESSO Nº SEI-15/001/003469/2019

Onde se lê: ...CB PM WALLACE RIGUEIRA DE AZEVEDO, RG nº 88.910...
Leia-se: ...CB PM WALLACE RIGUEIRA DE AZEREDO, RG nº 88.910...

Id: 2217603

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

FUNDO ESPECIAL DO DEPÓSITO PÚBLICO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

69ª REUNIÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, na Rua Joaquim Palhares, número cento e noventa e sete, no Bairro do Estácio -Rio de Janeiro às 11 horas, reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Especial do Depósito Público - FUNDEP da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança. Designado através do Ato Inserido no Processo nº E-12/112/2008, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro e publicado no Diário Oficial do dia dezessete de abril de dois mil e oito, com a presença de todos os seus membros: Sr. José Clayton Bispo Silva, membro nato e Presidente, José Ricardo Rocha e José Cordeiro de Lima. Foi aberta a sexagésima nona reunião e dando continuidade o Sr. Presidente informou ao Conselho de que o Proc. nº E-12/110/3/2014 referente a autorização da obra de reforma do alojamento e vestiário do pavilhão "B" permanece em análise pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, esclarecendo que será feito um expediente a Diretoria Geral de Administração Financeira, solicitando informação quanto a situação do processo em referência.

O Conselheiro Ricardo dando ciência aos demais membros de que o contato mantido com o senhor Eric Viana Barbosa atual Gerente de Contas/Empresa e Negócios do banco Bradesco SA, solicitando as providências necessárias para que possamos acessar via Internet as contas 466-9 e 963-7 vinculadas ao FUNDEP, uma vez que, as mesmas estão ativas e nas expectativas de créditos oriundas da Justiça (desbloqueios judiciais), porém, ainda continua no aguardo de uma resposta.

Ato contínuo o Sr. Presidente apresentou ao Conselho os balancetes dos meses de julho e agosto do corrente ano, o qual foi visto e aprovado pelo referido Conselho. Bem como, informou que no dia doze de setembro do corrente ano foi realizado o terceiro leilão do Depósito Público e que estamos aguardando a conclusão da prestação de contas pelo leiloeiro João Emilio. Continuando o Sr. Presidente deu ciência da situação financeira que se encontra o FUNDEP, face o arresto feito pela Secretaria Estadual de Fazenda no final do ano passado, cujo o valor era de R\$247.950,00 (duzentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta reais) que se encontrava depositado na Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), esclarecendo ainda que foi feito um relatório desta situação e encaminhado ao Exº Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, com cópia para Subsecretário Jurídico, a fim de que seja avaliada a situação e adotadas as medidas pertinentes, sem resposta a presente data.

Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, marcando a próxima para o dia trinta de dezembro de dois mil e dezanove.

JOSÉ CLAYTON BISPO SILVA - PRESIDENTE

JOSÉ RICARDO ROCHA - MEMBRO

JOSÉ CORDEIRO DE LIMA - MEMBRO

Id: 2217520

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 25/10/2019

PROCESSO Nº E-04/204/101.181/2019 - MARIA DE LOURDES MEDEIROS, Identidade Funcional nº 4133153-1. INDEFIRO o requeri-

mento de isenção de imposto de renda, de acordo com a avaliação médica da SPMSO, com base nas Leis Federais nºs 7.713/1988 e 11.052/2004.

PROCESSO Nº E-12/207/2533/2019 - MARILIA MUNIZ VIANA, Identidade Funcional nº 535030-1. INDEFIRO o requerimento de isenção de imposto de renda, de acordo com a avaliação médica da SPMSO, com base nas Leis Federais nºs 7.713/1988 e 11.052/2004.

PROCESSO Nº SEI-12/001/027268/2019 - AUTORIZO o pagamento do Adicional de Qualificação do servidor ENZO MAYER TASSAROLO, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Identidade Funcional nº 5007718, com fundamento no Anexo VIII da Lei Estadual nº 5.355, de 23 de dezembro de 2008, alterada pela Lei nº 6.600, de 28 de novembro de 2013, em conformidade ao disposto no § 1º, do artigo 1º, capítulo 1, da Resolução SEPLAG nº 371/2010, a partir do mês subsequente ao requerimento, com validade a contar de 01/11/2019.

PROCESSO Nº SEI-12/001/036641/2019 - AUTORIZO o pagamento do Adicional de Qualificação em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Identidade Funcional nº 4379024-0, com fundamento no Anexo VIII da Lei Estadual nº 5.355, de 23 de dezembro de 2008, alterada pela Lei nº 6.600, de 28 de novembro de 2013, em conformidade ao disposto no § 1º, do artigo 1º, capítulo 1, da Resolução SEPLAG nº 371/2010, a partir do mês subsequente ao requerimento, com validade a contar de 01/11/2019.

Id: 2217284

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR DE 21/10/2019

PROC. Nº SEI-12/211/008104/2019 - DEFIRO o Abono da Permanência do servidor Elias Ferreira de Sousa, Técnico de Suporte, Computação e Processamento, nível 8, matrícula nº 292.750-7, com validade a contar de 15/10/2019, tendo como base o art. 2º, I, a III, da E.C. nº 41/03.

Id: 2217388

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 10/10/2019

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento D, como Presidente, **JORGE LUIS GOMES CAMPOS**, Agente de Saneamento G e **MARCOS LANIS BRAYO**, Agente de Saneamento F, como membros titulares e **LUCIENE MACHADO VELASQUES**, Agente Administrativo E, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVITALIZAÇÃO COMPLETA DE 2 (DOIS) CHILLERS CARRIER", de que trata o Processo nº E-07/100.346/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.600-00/2019.

Id: 2217336

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 22/10/2019

DESIGNA PAULO ROBERTO INSENSE, Contador D, como Presidente, **JOSE FRANCISCO RAMOS ZANCA**, Analista de Sistemas C, **LUIZ CLAUDIO DRUMOND**, Engenheiro E e **ILDEBRANDS CANDIDO DA SILVA**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **ARLEY DOS SANTOS MARINHO**, Contador B, como membro suplente. Gerente do Contrato **ANDRE LUIS BROWN DE CARVALHO**, Economista B e **JONES MENDES HOTZ**, Agente Administrativo F, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GRENZIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEDAEUR LOTES I, II, III E IV", de que trata o Processo nº E-07/100.530/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.642-00/2019.

Id: 2217337

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 28/10/2019

DESIGNA RODRIGO MARTINS DOS SANTOS, Assessor Adjunto, como Presidente, **ANGELA DE OLIVEIRA DIAS**, Contadora C e **ANDRE EUGENIO DOS SANTOS**, Contador D, como membros titulares e **ANA PATRICIA DA CUNHA OLIVEIRA**, Assessora Especial, como membro suplente. Gerente do Contrato **ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS**, Agente de Saneamento I e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "GESTÃO DE CAPITAL DE ÉTICA", de que trata o Processo nº E-07/100.199/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 25.146-03/2019 - Revoga O.S. P/FIS nº 25.146-02/2019.

Id: 2217371

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 29/10/2019

DESIGNA HELMUT ALEXANDRE DE PAULA, Contador C, como Presidente, **RODRIGO BORGES MENDES**, Agente Administrativo F e **LUIS SERGIO FERREIRA DE OLIVEIRA**, Analista de Telecom, D, como membros titulares e **MAURICIO CAVADAS DE OLIVEIRA**, Analista de Sistemas A, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCOS ANDRE DOS SANTOS FERNANDES**, Analista de Sistemas C e **LUIZ CARLOS GOMES RIBEIRO**, Analista de Sistemas F, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROCESSOS DO ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING) DO IFS", de que trata o Processo nº E-07/100.240/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.674-00/2019.

Id: 2217674

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 25/10/2019

PROCESSO Nº E-07/100.092/2018 - HOMOLOGO a licitação por Concorrência Nacional CN nº 002/2018, realizada em 1ª sessão 13/09/2019, 2ª sessão 08/10/2019 e 3ª sessão 14/10/2019.

Id: 2217370

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA

RETIFICAÇÃO D.O. DE 29/10/2019 PÁGINA 12 - 1ª COLUNA

ATA DO CONSELHO

Onde se lê:
CONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Leia-se:
CONSELHO CONSULTIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Id: 2217458

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 113/2019. **PARTE:** DETRAN/RJ e TELEVAR NORTE LESTE S/A. **OBJETO:** Apresentação de soluções tecnológicas disponíveis no mercado, a título gratuito, que visem à implantação e a customização do sistema de vídeo monitoramento com uso de dispositivo móvel e individual, desenvolvimento com implantação de sistema OCR (sigla em inglês para Optical Character Recognition - tecnologia responsável pelo reconhecimento e identificação de caracteres), utilizando os equipamentos disponíveis no DETRAN/RJ, quando houver e ainda gestão de dados e geração de relatórios operacionais de gestão visando à eficiência das ações de fiscalização do DETRAN/RJ denominadas DETRAN SEGURO. **GESTOR:** Fernando Meneses, Coordenador de Fiscalização, ID Funcional nº 4333847-0. **PRAZO:** O prazo de vigência será de 30 (trinta) dias, a partir da data de assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 22/10/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Estadual nº 287/79 e Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº E-16/008/17/2019.

Id: 2217493

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN/RJ torna pública que se fará realizar, no Portal www.compras.rj.gov.br a Licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme abaixo mencionado.

PROCESSO Nº E-16/061/101597/2018 - PE 030/19. **OBJETO:** Aquisição de 500 (quinhentas) unidades de paletes de plástico, visando atender a crescente demanda de, desde o processamento técnico dos documentos até seu devido arquivamento em caixas de arquivo, conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo 4. **ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA:** R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais). **LIMITE ACOLOCAMENTO DAS PROPOSTAS:** 13/11/2019, às 10h00min. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 13/11/2019, às 10h05min. **DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** 13/11/2019, às 10h30min.

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e no portal do DETRAN/RJ, na página www.detrans.rj.gov.br, opção: Licitações/Lêitões - Licitações 2019 - Editais podendo, alternativamente, ser acessado mediante o pagamento da importância de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, na Av. Presidente Vargas nº 817/19 andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, comprovado por meio de guia de depósito da instituição financeira contratada pelo Estado, agência nº 6898 conta corrente nº 58-2, a favor do DETRAN/RJ.

Id: 2217494

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 090/2019 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LATINUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. **OBJETO:** SERVIÇO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PROCESSOS DO ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING) DO IFS. **PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 1.954.048,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil e quarenta e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 30/09/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.530/2019 (Inexigibilidade de Licitação nº 002/2019 - DPE).

Id: 2217665

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 128/2019 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. **OBJETO:** "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - LOTE II". **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 22.475.610,28 (vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e seiscentos e dez reais e vinte e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/10/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.530/2019 (Dispensa de Licitação nº 007/2019 - DPE).

Id: 2217338

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 129/2019 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a GNF GESTÃO DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO LTDA. **OBJETO:** "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - LOTE III". **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 9.959.267,25 (nove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/10/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.530/2019 (Dispensa de Licitação nº 008/2019 - DPE).

Id: 2217339

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 127/2019 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PHD SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA.

OBJETO: "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - LOTE I". **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 35.058.875,70 (trinta e seis milhões, cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e setenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/10/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.530/2019 (Dispensa de Licitação nº 006/2019 - DPE).

Id: 2217340

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 130/2019 (DPE). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SANEAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. **OBJETO:** "OPERAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE LEITURA, MEDIÇÃO, FATURAMENTO E ARRECADAÇÃO, COM GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE AÇÕES COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - LOTE IV". **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 9.059.658,99 (nove milhões, cinquenta e nove mil seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/10/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.530/2019 (Dispensa de Licitação nº 009/2019 - DPE).

Id: 2217341

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 143/2019 (DPR). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VAP - AIR REFRIGERAÇÃO LTDA. **OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REABILITAÇÃO COMPLETA DE 2 (DOIS) CHILLERS CARRIER". **PRAZO:** 04 (quatro) meses. **VALOR:** R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais). **DATA DE ASSINATURA:** 23/10/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.346/2019 (Pregão Eletrônico nº 631/2019).

Id: 2217342

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 655/2019 - ADPR-31. **OBJETO:** "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS, VIA APLICATIVO CUSTOMIZÁVEL WEB E MÓVEL COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, DA INTERNET, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS, SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET". **DATA DA ETAPA DE LANCES:** 12/11/2019 HORÁRIO: 11 horas. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 646.800,00. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3929 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2217411

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 656/2019 - ADPR-31. **OBJETO:** MANUTENÇÃO EM SISTEMA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA E CONTROLE DE ACESSO. **DATA DA ETAPA DE LANCES:** 12/11/2019 - Horário: 15 horas. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3929 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2217418

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 011/2018. **OBJETO:** "AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MIGUEL COUTO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a ERRATA Nº 4 ao edital e que a licitação em referência que se encontrava adiada sine die, será realizada no dia 02/12/2019, às 11:00 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2217328

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: LI Nº 010/2019. **OBJETO:** "COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE QUEIROZ". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 07/11/2019 fica adiada sine die.

Id: 2217397

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 641/2019 - ADPR-31. **OBJETO:** "AQUISIÇÃO DE 1 (UM) RESERVATÓRIO METÁLICO DE CAPACIDADE 2.500 M³ PARA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA TRATADA DE VENDA DAS PEDRAS - ITABORAÍ - RJ". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, a Errata 01, com as alterações efetuadas no edital do Pregão Eletrônico em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação será realizada no dia 11/11/2019, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2217330

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA JUNTA DE REVISÃO FISCAL

AVISO

DIVULGA A RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AOS AUDITORES TRIBUTÁRIOS DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL EM 21 DE OUTUBRO DE 2019.

A VICE-PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVIII do art. 20, c/c o art. 22 da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, e em cumprimento ao artigo 6º da Portaria JRF Nº 36, de 11 de maio de 2015, torna pública a relação de processos distribuídos no dia 21 de outubro de 2019, para julgamento, aos Auditores Tributários da Junta de Revisão Fiscal.

PROCESSO	TURMA	ID
E04-211/014005/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/016161/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/016473/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/017484/2019	1ª Turma	43443141
E04-211/001023/2019	1ª Turma	19398417
E04-211/012902/2019	1ª Turma	19398417
E04-211/015245/2019	1ª Turma	19398417
E04-211/015701/2019	1ª Turma	19398417
E04-211/016390/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/016574/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/016608/2019	2ª Turma	43232043
E04-211/017088/2019	2ª Turma	43232043
E04-101/100046/2018	3ª Turma	19523645
E04-211/007658/2019	3ª Turma	19523645
E04-211/007659/2019	3ª Turma	19523645
E04-211/017217/2019	3ª Turma	19523645
E04-041/002437/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/015067/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/015276/2019	3ª Turma	43650368
E04-211/015958/2019	3ª Turma	43650368
E04-041/001335/2019	3ª Turma	19502648
E04-041/002385/2019	3ª Turma	19502648
E04-041/002386/2019	3ª Turma	19502648
E04-041/002387/2019	3ª Turma	19502648
E04-211/010909/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/014598/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/014825/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/015377/2019	4ª Turma	19394942
E04-211/013079/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/016611/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/016612/2019	4ª Turma	19528345
E04-211/016613/2019	4ª Turma	19528345
E04-000/236633/2010	5ª Turma	43448194
E04-211/011917/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/015461/2019	5ª Turma	43448194
E04-211/016433/2019	5ª Turma	43448194
E04-034/105886/2018	5ª Turma	19396430
E04-211/014140/2019	5ª Turma	19396430
E04-211/014912/2019	5ª Turma	19396430
E04-211/016317/2019	5ª Turma	19396430
E04-006/003772/2016	6ª Turma	43230024
E04-016/000771/2019	6ª Turma	43230024
E04-041/000940/2019	6ª Turma	43230024
E04-211/016363/2019	6ª Turma	43230024
E04-007/000115/2019	7ª Turma	43443532
E04-007/000116/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/012405/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/015507/2019	7ª Turma	43443532
E04-211/016093/2019	8ª Turma	43841350
E04-211/016411/2019	8ª Turma	43841350
E04-211/016931/2019	8ª Turma	43841350
E04-211/016932/2019	8ª Turma	43841350
E04-211/012022/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/012023/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/012031/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/012032/2019	8ª Turma	43652077
E04-211/016741/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/016744/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/016745/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/016813/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/016814/2019	9ª Turma	43840698
E04-211/007999/2019	9ª Turma	43852084
E04-211/016761/2019	9ª Turma	43852084
E04-211/016762/2019	9ª Turma	43852084
E04-211/016883/2019	9ª Turma	43852084
E04-211/015005/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/015280/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/015284/2019	9ª Turma	19422571
E04-211/017244/2019	9ª Turma	19422571
E04-048/003560/2018	10ª Turma	43650660
E04-211/013914/2019	10ª Turma	43650660
E04-211/013915/2019	10ª Turma	43650660
E04-211/014780/2019	10ª Turma	43650660
E04-037/100109/2018	10ª Turma	19397658
E04-211/016425/2019	10ª Turma	19397658
E04-211/016585/2019	10ª Turma	19397658
E04-211/016843/2019	10ª Turma	19397658
E04-041/100849/2018	11ª Turma	43229476
E04-041/100850/2018	11ª Turma	43229476
E04-041/100852/2018	11ª Turma	43229476
E04-211/011978/2019	11ª Turma	43229476
E04-041/002346/2019	11ª Turma	19458525
E04-211/015392/2019	11ª Turma	19458525
E04-211/016766/2019	11ª Turma	19458525
E04-211/017173/2019	11ª Turma	19458525
E04-041/102887/2018	12ª Turma	43230458
E04-211/007476/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/012722/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/015160/2019	12ª Turma	43230458
E04-211/014372/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/014373/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/014738/2019	12ª Turma	43229611
E04-211/014757/2019	12ª Turma	43229611
E04-041/002400/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/010926/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/016369/2019	12ª Turma	19398344
E04-211/016724/2019	12ª Turma	19398344
E04-039/000175/2019	13ª Turma	19394578
E04-041/000883/2019	13ª Turma	19394578
E04-079/000489/2018	13ª Turma	19394578
E04-211/015228/2019	13ª Turma	19394578
E04-211/018473/2019	13ª Turma	50082310
E04-211/018474/2019	13ª Turma	50082310
E04-211/018475/2019	13ª Turma	50082310
E04-211/016930/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/016933/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/016934/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/016935/2019	13ª Turma	19396554
E04-211/016936/2019	13ª Turma	19396554